

Ativo	Notas	30/06/2018	30/06/2017	Passivo	Notas	30/06/2018	30/06/2017
Disponibilidades		108	167	Depósitos		-	8
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	83.904	78.428	Depósitos		-	8
Títulos e valores mobiliários	4	389	919	Recursos de aceites e emissão de títulos	7	25.143	40.570
Operações de crédito	5	99.973	107.689	Recursos de aceites cambiais		25.143	40.570
Operações de crédito setor privado		121.932	119.349	Outras obrigações		38.427	44.536
Provisão p/oper. créd. liquid. duvidosa		(22.019)	(11.650)	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		72	122
Outros créditos		32.698	41.694	Sociais e estatutárias		7.000	2.611
Adiantamentos diversos		44	11	Fiscais e previdenciárias		416	1.047
Impostos e contr. a compensar	6	344	344	Diversas	8	30.939	40.756
Títulos e créditos a receber	5	36.699	44.320	Total do passivo circulante		63.570	85.114
Devedores diversos		1.051	1.754	Exigível a longo prazo		87.543	71.887
Provisão p/ outros créditos	5	(5.439)	(4.735)	Recursos de aceites e emissão de títulos	7	85.702	70.052
Despesas antecipadas		153	735	Recursos de aceites cambiais IP		85.702	70.052
Despesas antecipadas		153	735	Outras obrigações	8	1.841	1.835
Total do ativo circulante		217.225	229.642	Diversas		1.841	1.835
Realizável a longo prazo		4.698	4.626	Patrimônio líquido		71.000	77.490
Operações de crédito	5	2.836	3.103	Capital social	12	67.000	67.000
Operações de crédito setor privado IP		3.541	3.149	De domiciliados no País		67.000	67.000
Provisão p/oper. créd. liquid. duvidosa LP		(705)	(46)	Reservas de lucros		4.000	10.490
Outros créditos		1.862	1.523	Reserva legal		3.180	3.218
Títulos e créditos a receber LP	5	1.651	1.139	Reservas estatutárias	12	820	7.272
Provisão para outros créditos IP	5	(27)	(7)	Total do passivo e patrimônio líquido		222.113	234.491
Devedores p/deposito garantia		238	391				
Permanente		190	223				
Imobilizado de uso		123	131				
Imobilizações de uso		241	220				
Depreciações acumuladas		(118)	(89)				
Intangível		67	92				
Amortização		149	148				
Amortização acumulada		(82)	(56)				
Total do ativo não circulante		4.888	4.849				
Total do ativo		222.113	234.491				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Lucros ou prejuízos acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>67.000</b>	<b>3.054</b>	<b>4.171</b>	-	<b>74.225</b>
Resultado líquido do período	-	-	-	5.908	5.908
Destinação:					
Reserva Legal	-	164	-	(164)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(2.643)	(2.643)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-
Retenção de Lucros	-	-	3.101	(3.101)	-
<b>Saldos em 30 de junho de 2017</b>	<b>67.000</b>	<b>3.218</b>	<b>7.272</b>	<b>77.490</b>	<b>157.980</b>
Mutações do período	-	164	3.101	3.265	6.530
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>67.000</b>	<b>3.180</b>	<b>6.570</b>	<b>76.750</b>	<b>153.500</b>
Resultado líquido do período	-	-	-	(3.231)	(3.231)
Destinação:					
Reserva Legal	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(2.519)	(2.519)
Reserva estatutária	-	-	(5.750)	5.750	-
<b>Saldos em 30 de junho de 2018</b>	<b>67.000</b>	<b>3.180</b>	<b>820</b>	<b>71.000</b>	<b>142.000</b>
Mutações do período	-	-	(5.750)	-	(5.750)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - (Em milhares de Reais)**

1. Contexto operacional: A HS Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financeira") com sede em Dois Irmãos/RS, tem como objeto social a realização de empréstimo e financiamento para a aquisição de bens e serviços, para capital de giro, captação de recursos e desconto de títulos. 2. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conjunto com as normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen). A apresentação destas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (CÓSI-F) e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 22 de agosto de 2018. 3. Descrição das principais práticas contábeis: Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações financeiras, destacamos: a. Aplicações interfinanceiras de liquidez: São registradas ao valor do custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços, de acordo com as taxas pactuadas com as respectivas instituições financeiras e não superam o valor de mercado. b. Títulos e valores mobiliários: De acordo com a Resolução nº 3.069, de 8 de novembro de 2001, do Bacen, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação. A Administração em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: • Títulos para negociação - Adquiridos com a intenção de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. • Títulos disponíveis para a venda - Que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido deduzido dos efeitos tributários. • Títulos mantidos até o vencimento - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. c. Operações de crédito, créditos com características de operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa: As operações estão classificadas de acordo com as características de garantia e os valores individuais envolvidos, e a constituição da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa foi definida para cobrir eventuais perdas e levam em consideração os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do CMN. As baixas de operações de crédito contra prejuízo (write-offs) são efetuadas depois de seis meses de sua classificação no "rating "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle das operações de crédito baixadas para prejuízo ocorre em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos, não sendo registrados posteriormente. As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa está constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobertura de eventuais perdas, com base nos percentuais de provisionamento requeridos pela Resolução nº 2.682/99 para cada nível de risco, associadas às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito. d. Ativos circulantes e realizáveis a longo prazo: Estão demonstrados pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e dos encargos decorridos. e. Ativo permanente: Está demonstrado ao custo de aquisição, ajustado por depreciações/amortizações acumuladas a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil econômica fixadas por espécie de bens. f. Passivos circulantes e exigíveis a longo prazo: São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos. g. Provisão para o imposto de renda e a contribuição social: A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro antes do imposto de R\$ 240 (R\$ 120 quando semestral), e a provisão para a contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 20%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. g. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais: De acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009, • Ativos contingentes - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização. • Passivos contingentes - São representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. A Financeira reconhece a provisão para a parte da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos. As provisões registradas nas demonstrações financeiras decorrem basicamente: • De processos judiciais e/ou administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis. A avaliação da probabilidade de perda das contingências cíveis é classificada como remota, possível ou provável com base no julgamento dos assessores jurídicos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer a instâncias superiores e a experiência histórica da Financeira. Considerando a imprecisão do ordenamento jurídico para previsão de eventuais perdas, é entendido que as avaliações estarão sujeitas a atualizações mensais. São constituídas provisões para os casos classificados como perda provável em que o "valor do risco de perda" possa ser determinado ou estimado. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, estando divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão ou divulgação. h. Apuração dos resultados: As receitas e as despesas são reconhecidas pelo regime de competência. i. Estimativas: Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações financeiras da Financeira incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. A Financeira revisa as estimativas e as premissas periodicamente.

Aplicações interfinanceiras de liquidez	Instituição	Vencimento	2018	2017
Operações Compromissadas / Posição Bancada				
Depósito Interbancário	Até 30 dias	33.009	44.100	
Depósito Interbancário	Até 01 ano	50.895	34.328	
<b>TOTAL</b>		<b>83.904</b>	<b>78.428</b>	

Cotas de Fundo de Investimento	Até 30 dias	389	919
<b>TOTAL</b>		<b>389</b>	<b>919</b>

As aplicações interfinanceiras de liquidez e os títulos e valores mobiliários são mantidos até o vencimento. Em 30 de junho de 2018 e 2017, não havia posições em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos. 5. Operações de crédito: A composição da carteira de operações de crédito por nível de risco e tipo de cliente e atividade econômica está demonstrada a seguir:

Operações de Crédito	2018	2017
Financiamentos	85.794	78.566
Outros créditos c/ caract. de conc. de crédito	38.348	45.460
Empréstimos	34.429	38.255
Antecipação de recebíveis	5.312	5.676
Provisão p/créd. liquid. duvid. - outros créditos	(5.486)	(4.742)
Provisão p/créd. de liquid. duvidosa - créditos	(22.724)	(11.696)
<b>TOTAL</b>	<b>135.693</b>	<b>151.519</b>

Concentração oper. crédito	2018	%	2017	%
10 maiores devedores	7.297	4,45	8.282	4,93
50 seg. maiores devedores	2.737	1,67	2.752	1,64
100 seg. maiores devedores	1.275	0,78	1.212	0,72
Demais devedores	152.574	93,10	155.711	92,71
<b>Total</b>	<b>163.883</b>	<b>100,00</b>	<b>167.957</b>	<b>100,00</b>

	Títulos Empréstimos	Finan- deson- tados	Títulos e Céd. a Receber	2018	2017
Carteira de crédito					
Vencidos	10.048	922	13.906	6.717	31.593
A vencer					
Até 3 meses	13.079	3.211	38.489	15.937	70.716
De 3 a 12 meses	9.587	742	32.008	14.045	56.382
De 1 a 3 anos	1.552	438	1.390	1.651	5.031
Após 3 anos	161	-	-	161	349
<b>Total da carteira</b>	<b>34.427</b>	<b>5.313</b>	<b>85.793</b>	<b>38.350</b>	<b>163.883</b>
Circulante	32.714	4.875	84.403	36.699	158.691
Realiz. a.l. prazo	1.713	438	1.390	1.651	5.192

	2018	2017
Níveis		
AA	-	-
A	233	99.741
B	1.477	10.712
C	3.099	7.517
D	1.861	5.164
E	35	4.717
F	120	5.991
G	2	4.829
H	2.253	16.725
<b>Total</b>	<b>9.087</b>	<b>154.796</b>

	Notas	2018	2017
Receitas da intermediação financeira		29.726	32.956
Operações de crédito	14	27.306	28.634
Rendimentos aplic. interfinanceira de liquidez		2.420	4.322
Despesas da intermediação financeira		(23.965)	(16.857)
Operações de captação no mercado		(3.876)	(6.696)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(20.089)	(10.161)
Resultado bruto da intermed. financeira		5.761	16.099
Outras receitas/despesas operacionais		(7.629)	(7.112)
Rendas de prestação de serviços	15	1.489	1.542
Despesas de pessoal		(1.647)	(1.546)
Outras despesas administrativas	16	(6.130)	(5.800)
Despesas tributárias		(1.207)	(1.249)
Despesas deprec./amortização		(31)	(29)
Outras receitas/despesas operacionais	17	(103)	(30)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		(1.868)	8.987
Imposto de renda e contribuição social	13	(1.363)	(3.079)
Provisão para imposto de renda		(749)	(1.701)
Provisão para contribuição social		(614)	(1.378)
(Prejuízo) / Lucro líquido do semestre		(3.231)	5.908
Juros sobre capital próprio	10	(2.519)	(2.643)
Quantidade de ações	12	67.000	67.000
Lucro líquido por ação R\$		(0,05)	0,09

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	2018	2017
Saldo inicial	20.823	16.631
Créditos baixados contra prejuízo	(12.722)	(10.354)
Constituição/reversão de provisão p/créditos de liquidação duvidosa	20.089	10.161
Saldo final	28.190	16.438

As operações renegociadas no exercício findo em 30 de junho de 2018 montam a R\$ 7.707 mil (R\$ 7.154 mil em 30 de junho de 2017). No exercício findo em 30 de junho de 2018, foram recuperados créditos no montante de R\$ 2.963 mil (R\$ 2.662 em 30 de junho de 2017). 6. Impostos e contribuições a compensar: Composição dos impostos e das contribuições a compensar:

	2018	2017
Tributo		
IRPJ a compensar	47	47
CSLL a compensar	51	51
PIS a compensar	1	1
COFINS a compensar	244	245
<b>Total</b>	<b>343</b>	<b>344</b>

7. Recursos de aceites cambiais: Os recursos de aceites cambiais referem-se a Letras de Câmbio que foram captadas a taxas que variam de 102% a 110% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), sem restrição de resgate e que possuem a seguinte distribuição de vencimentos:

	2018	2017
A vencer até 3 meses	15.274	17.686
A vencer de 3 a 12 meses	9.869	22.884
A vencer de 1 a 3 anos	85.702	70.522
<b>Total</b>	<b>110.845</b>	<b>111.092</b>

8. Outras obrigações diversas: Composição da conta:

Diversas	2018	2017
Sociedades ligadas e coligadas (a)	24.576	31.291
Cretores diversos - país (a)	6.931	9.524
Provisão para pagamentos a efetuar (b)	2	496
Fornecedores diversos	428	474
Provisão p/passivos contingentes (c) (Nota 9)	349	776
<b>Total</b>	<b>32.788</b>	<b>42.591</b>

9. Contingências: A Financeira é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, previdenciárias e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu uma provisão para contingência para a data-base baseado em vista a existência de ações judiciais com probabilidade de perda provável. A Financeira possui os seguintes montantes de ações judiciais com perdas prováveis e valores atualizados:

	Provável	Possível
Natureza	2018	2017
Trabalhista	168	549
Cível	181	228
<b>Total</b>	<b>349</b>	<b>777</b>

10. Juros sobre o capital próprio: No exercício findo em 30 de junho de 2018, foram registrados juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 2.519 mil (R\$ 2.643 em 2017), obedecendo a limites definidos pela legislação fiscal. Para fins de divulgação e adequação aos princípios contábeis, a despesa referente aos respectivos juros foi revertida da demonstração do resultado da linha de outras despesas operacionais para a conta de lucros ou prejuízos acumulados na demonstração do patrimônio líquido, conforme determina a Circular nº 2.739/97 do Banco Central do Brasil.

Aos Diretores e aos acionistas da **HS Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos**

Dois Irmãos - RS

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da HS Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financeira"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da HS Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Financeira, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Financeira continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Financeira ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Financeira. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Financeira. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Financeira a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 22 de agosto de 2018.



**KPMG Auditores Independentes**  
CRC SP-014428/F-7

**Wladimir Omiechuk**  
Contador CRC RS-041241/O-2